



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Democracia, Direito e Participação:
UM ESTUDO DE CASO DO COMITÊ POPULAR DA COPA
DE BRASÍLIA

Adriana Costa Santos

BRASÍLIA,
Dezembro, 2014.

Adriana Costa Santos

Democracia, Direito e Participação:
UM ESTUDO DE CASO DO COMITÊ POPULAR DA COPA
DE BRASÍLIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção de título de graduação em Serviço Social, pela Universidade de Brasília – UnB, com orientação da Professora Dr^a. Ângela Vieira Neves..

BRASÍLIA,
Dezembro, 2014

Democracia, Direito e Participação:

**UM ESTUDO DE CASO DO COMITÊ POPULAR DA COPA
DE BRASÍLIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social foi defendido em
10/12/2014 perante a banca examinadora:

Profª Dra. Ângela Vieira Neves

Orientadora

Profª Dra. Andreia de Oliveira

Membro Interno

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Todas as conquistas em minha vida devo agradecer aqueles que foram os meus pilares, as bases solidadas em quem confiei e pude me desenvolver, tanto como pessoa como intelectualmente. Dentre todos, primeiramente agradeço a Deus, em seguida a minha família, em especial, aos meus pais.

Parte fundamental de todo o meu amadurecimento enquanto discente em Serviço Social, devo às minhas companheiras Anaclecia e Yasmin, as quais me incentivaram durante os momentos de dúvidas, incertezas e cansaço. Teço agradecimentos especiais a minha colega Yasmin que pacientemente revisou este trabalho.

Por fim, agradeço aos professores, os quais mais do que conteúdo me inspiraram a ser uma profissional que luta por direitos.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a política de esporte sobre a ótica do Comitê Popular da Copa – Brasília. Assim traçamos um breve histórico sobre a formação do Estado e suas distintas concepções, abordando também a conceituação da democracia e o processo de redemocratização do país. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa, em específico o estudo de caso. Foram entrevistados cinco integrantes do Comitê Popular da Copa e feita uma visita de campo as reuniões do grupo. Utilizou-se também a análise de dados documentais baseado em pesquisas nas bases de dados SCIELO e na base de dados do grupo AVANTE, bem como a leitura de referenciais dentro do método materialista-histórico-dialético. Em seguida abordamos a política de esporte, sua conceituação, o seu desenvolvimento na sociedade brasileira e aspectos como a participação e o controle socialdemocrático desta política. O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa com os integrantes do Comitê Popular da Copa, abordando os eixos principais da fala dos integrantes do CPC-Brasília, acerca dos temas: Copa nas Escolas, Remoções e o direito ao esporte e lazer, o direito ao trabalho e a participação e os resultados do CPC-B. Conclui-se que sob a ótica do Comitê que a política de esporte possui predominantemente um caráter mercadológico e não como direito de cidadania, entretanto o movimento não se restringiu a apenas o aspecto esportivo, mas abriu o seu leque de pautas para todas as violações de direitos humanos trazidas pelos megaeventos.

Palavras-chave: Política de Esporte, Democracia e participação, Comitê Popular da Copa

ABSTRACT

This study aimed to analyze the sports policy on optical Cup Popular Committee - Brasilia . So we trace a brief history of the formation of the state and its different conceptions , also addressing the concept of democracy and the country's democratization process. As a methodology , qualitative research was used , in the specific case study. We interviewed five members of the People's Cup Committee and made a field trip group meetings . We also used the analysis of documentary evidence based on research in SCIELO databases and database AVANTE the group , as well as reading benchmarks within the materialist historical and dialectical method. Then addressed the sport policy, its concept , its development in Brazilian society and aspects such as participation and the social - democratic control of this policy. The third chapter provides search results with members of the Cup People's Committee , addressing the main points of the speech of the members of the CPC- Brasilia, on the topics : Cup in Schools , Removals and the right to sport and leisure , the right to work and participation and the results of the CPC- B. In conclusion, from the perspective of the Committee that the sports policy has a predominantly marketing character and not as a citizen's right , though the movement was not restricted to just the sporting aspect , but opened its range of guidelines for all violations of human rights brought by the mega events .

Keywords: *Sport Policy, Democracy and participation , Cup Popular Committee.*

EPÍGRAFE

*A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá*

“Chico Buarque”

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICOS

Gráfico 1: Formalização Avança no País.....	46
---	----

TABELAS

Tabela 1: Comparação entre a dotação inicial, o empenho e o pago, dentro da função “Desporto e Lazer” no período de 2004 a 2010, valores em R\$ deflacionados pelo IGP-DI.....	35
--	----

Tabela 2: Valores em R\$ pagos por programa no período de 2004 a 2010 (em milhões), deflacionados pelo IGP-DI.....	36
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANCOP- Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

BCE – Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CF- Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNE- Conselho Nacional de Esporte

CODEPLAN – Campanha de Planejamento do Distrito Federal

CPC- Comitê Popular da Copa

CPC-B – Comitê Popular da Copa – Brasília

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DF – Distrito Federal

FIFA- Fédération Internationale de Football Association

GCEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPL- Movimento Pelo Passe Livre

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização não governamental

PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade

PNE – Política Nacional de Esporte

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PTCC – Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

Scielo – Scientific Electronic Library Online

SER – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

SNEL – Sistema Nacional de Esporte e Lazer

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	5
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	8
GRÁFICOS	8
TABELAS	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	16
ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E PROJETOS POLÍTICOS NO CONTEXTO DOS ANOS 90: EM BUSCA DA DEMOCRACIA	16
1. Estado e sociedade civil: Uma introdução ao debate	16
1.2. Democracia em questão: A disputa por projetos na construção da democracia.....	18
1.3. Sociedade civil e os espaços públicos no Brasil: democratização das relações de poder	22
CAPÍTULO 2	28
AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO	28
2.1 O esporte como direito de cidadania.....	30
2.2 O direito ao esporte no Brasil.....	33
2.3 Programas e Ações governamentais na Política de Esporte.	36
CAPÍTULO 3	40
A PESQUISA: O COMITÊ POPULAR DA COPA - BRASÍLIA	40
3.1 O Comitê Popular da Copa	40
3.2 O Perfil Dos Entrevistados	41
3.3 Copa nas Escolas	42
3.4 O Direito a Moradia e as Remoções.....	45
3.5 O Direito ao Trabalho.....	47
3.6 O Direito ao Esporte e Lazer	48
3.7 Participação Social e Resultados do Comitê.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICE	58
APÊNDICE I	59

APÊNDICE II.....	60
<i>Roteiro de entrevista com os integrantes do Comitê Popular da Copa</i>	<i>60</i>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, baseado em um referencial teórico marxista, investigar a implementação e concepção das políticas de esporte no governo Lula e Dilma, a partir das questões de partida, como: qual a concepção desta política para um movimento social vinculado à temática? Qual a representação deste movimento e a relevância deste para a sociedade?

De acordo com Marx, as necessidades humanas podem ser de duas ordens: as do estômago e as do espírito. Assim, consideramos o esporte e o lazer enquanto necessidades humanas, categorias construídas pela humanidade e patrimônio cultural dessa. Legitimando tal perspectiva encontra-se o texto da Constituição Federal de 1988 e a missão proposta pelo Ministério do Esporte, o qual foi criado em 2003. O primeiro traz o lazer como direito social e o esporte como direito individual, sendo o Estado responsável por fomentar a sua prática. Já no texto que versa sobre a missão do Ministério do Esporte, esta política é vista como direito de todos os cidadãos e dever do Estado.

Contudo, a concepção do esporte e lazer como direitos universais na sociedade não se dá de modo consensual. Há, de tal forma, projetos em disputa. Esses projetos em disputa, muito mais do que a dicotomia entre esporte e lazer como direito ou mercadoria, traz uma concepção de sociedade, de Estado e, por conseguinte de políticas públicas. Neste sentido, Hofling (2001) aponta que:

Para além da crescente sofisticação na produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e mesmo de políticas públicas é fundamental se referir às chamadas “questões de fundo”, as quais informam, basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer. (idem, p. 30)

Como procedimento metodológico da pesquisa o trabalho foi realizado por meio de um estudo qualitativo, em específico, um estudo de caso. Segundo Triviños (1999), o estudo de caso é: “É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.” (idem, p. 133). O autor alerta que nessa modalidade de pesquisa qualitativa, muitas vezes o pesquisador cai no erro de fazer um estudo a-histórico e negligenciador das

questões de fundo. Contudo, o estudo que aqui pretendemos fazer, conforme já sinalizado, considera as questões de fundo e a conjuntura do objeto de estudo como fundamentais. Neste sentido, seguimos a perspectiva de Souza (2000) que para fazer a análise de uma conjuntura deve-se considerar certas categorias, a saber, são elas: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação (relação) entre “estrutura” e “conjuntura”.

O estudo de caso fora escolhido como alternativa metodológica, pois o Comitê Popular da Copa, enquanto movimento social, que vem questionar esse megaevento esportivo, mostrou-se potencialmente revelador da perspectiva da política sob a ótica de um movimento social.

Utilizamos como instrumento da pesquisa: a análise de documentos oficiais expedidos pelo governo, em que se expressam as diretrizes e bases ideológicas para a política de esporte. Foram realizadas visitas as reuniões do Comitê, onde se utilizou a observação como instrumento para acompanhar e observar a dinâmica do comitê, além de entrevistas gravadas com cinco representantes do Comitê¹, escolhidos segundo critérios qualitativos, a saber: de acordo com o grau de participação, de modo que sejam entrevistados os membros mais antigos e mais ativos do movimento. Utilizou-se também como material para a pesquisa os panfletos e matérias publicados pelo grupo pela internet.

O trabalho utilizou a análise de dados documentais baseado em pesquisas nas bases de dados SCIELO e na base de dados do grupo AVANTE, o qual foi criado em 2010 no âmbito da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília e consta na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sobre o estado da arte da política de esporte e lazer, bem como a leitura de referenciais dentro do método materialista-histórico-dialético, sobre conceitos fundamentais para a pesquisa, como: política, cidadania, direito e participação social.

Assim, trabalhamos com a **hipótese** de que o Comitê Popular da Copa luta pela implementação de uma concepção de política de esporte voltada ao direito ao esporte, o que põe em xeque à política de esporte atual, baseada numa concepção que mercadoriza e mercantiliza o esporte fragilizando sua concepção como direito.

A fim de alcançarmos o acima exposto, este trabalho divide-se em três capítulos. O

¹ As entrevistas foram gravadas mediante consentimento dos participantes, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, em anexo.

primeiro aborda as chamadas “questões de fundo”, de modo que trabalhamos o conceito de Estado, sociedade civil e os projetos em disputa dentro destas esferas, para então falarmos na democracia brasileira. No segundo capítulo fazemos uma breve conceituação da política de esporte e a história desta no país. No terceiro e último capítulo abordamos os resultados da pesquisa com o Comitê Popular da Copa- Brasília, fazendo uma análise das entrevistas e dos materiais publicados. Por fim, são expostas nossas considerações finais.

CAPITULO I

ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E PROJETOS POLÍTICOS NO CONTEXTO DOS ANOS 90: EM BUSCA DA DEMOCRACIA

O presente capítulo tem por objetivo traçar um breve histórico sobre a formação do Estado e suas distintas concepções.

Após esta conceituação, abordaremos os vieses em disputa para a conceituação da democracia sobre a ótica liberal, marxista e pluralista. Finalmente, em um terceiro tópico, traçaremos o contexto nacional e o processo de redemocratização vivido no país pós-ditadura militar.

1. Estado e sociedade civil: Uma introdução ao debate

O Estado é um produto da história. Ao longo das décadas, conforme Marx, desde os seus primórdios o Estado busca regular a relação entre as classes antagônicas. Assim é exposto por Engels em sua obra “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. Entretanto, o mesmo não suprime essa contradição, pois ele por si só não é capaz de fazer a transformação social.

O mesmo posicionamento é visto no Estado moderno, o qual foi objeto de análise em Marx nos séculos XIX. Deste modo, ‘o executivo do Estado moderno é um comitê para administrar os negócios de toda a burguesia’ (MARX, 1999, p.69).

Conforme expõe Coutinho (1989), a face do Estado vista por Marx e por seus contemporâneos é diferente do período histórico que Gramsci viveu. Em Marx, a expressão mais visível do Estado é a esfera da coerção. De tal forma, o autor em questão não pode vislumbrar a formação dos grandes partidos, sindicatos e movimentos sociais, pois o tempo em que viveu era de escassa participação política, onde atuavam as combativas, porém em pequeno número, vanguardas.

Assim, Marx, Engels e Webber analisam o aspecto expressivo do Estado em seu tempo, que é seu aparato repressivo. Em Gramsci, o aparato repressivo do Estado é conceituado como sociedade política, a qual tem seu suporte material nos aparelhos

repressivos de Estado, sendo estes controlados pela burocracia e forças armadas.

Mas o Estado não é algo inerte, ao contrário, conforme a teoria marxista, o mesmo se modifica em um processo dialético e histórico. Assim, o Estado em sua forma encontrada atualmente no Brasil é em muitos aspectos diferente (e semelhante) ao que Marx e Engels observaram.

Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há formulas/formas apriorísticas para determina-las: também cabe à pesquisa descobri-las. (NETTO, p. 57)

A questão em voga para entender o Estado em uma perspectiva de esquerda encontra suporte na teoria do Estado ampliado em Gramsci.

Segundo esse autor, o Estado se amplia com o seu desenvolvimento e evolução. Para justificar este fenômeno Coutinho expõe que a concepção ampliada do Estado em Gramsci “parte precisamente do reconhecimento dessa socialização da política no capitalismo desenvolvido, dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa.” (COUTINHO, 1989, p. 75).

Define-se o conceito de Estado ampliado como:

O Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-Coerção”), que é formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revista, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc. (idem, p. 76-77).

Dessa forma a sociedade civil é um espaço de luta entre as classes na busca pela hegemonia. A classe é a dominante quando esta possui a hegemonia no Estado, considerando

que, conforme exposto, a sociedade civil é uma parte do Estado. Contudo, cabe frisar que na perspectiva Gramsciana a busca pela hegemonia é um processo que se dá paulatinamente.

Argumenta-se então em Gramsci que há uma “guerra de posição”, a qual é conceituada como “a ideia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades complexas do capitalismo recente deve ser precedida de uma longa batalha pela hegemonia e consenso no interior e através da sociedade civil, ou seja, no interior do próprio Estado no seu sentido amplo” (idem, p.81).

Destarte, torna-se possível e até mesmo necessário que a classe subalterna alcance a hegemonia e a direção política em alguns aparelhos privado de hegemonia durante esse processo de superação da ordem.

1.2. Democracia em questão: A disputa por projetos na construção da democracia

Para analisar o Estado e suas políticas públicas é preciso compreender qual projeto político e de sociedade baseia suas ações. Evidentemente, esses projetos não se estabelecem de modo “puro” na realidade, mas seus princípios tomam a hegemonia na direção política das ações.

Atualmente, e como vários autores trazem (DAGNINO,2004; NOGUEIRA, 2004; BEHRING, 2003; NEVES, 2009 etc.) há uma disputa entre dois projetos de sociedade. A saber, são eles: o projeto democratizante e o projeto neoliberal. Estes possuem diferentes níveis de abordagem e perspectivas divergentes dentro de si, contudo, aqui cabe apontar as características fundamentais de cada um.

Conforme expõe Santos (2002), a forma hegemônica de democracia após as duas Guerras Mundiais foi a de um modelo que privilegia o procedimento eleitoral para a escolha do governo – tomador de decisões – em detrimento de uma forma de democracia que proporciona uma real participação da sociedade.

Segundo Carlos Pio e Mauro Porto (1998), surgem três linhas argumentativas para explicar a política e a economia contemporânea. São elas: elitista, pluralista e marxista.

O elitismo argumenta que toda a sociedade tem uma elite formada por pessoas que são melhores do que a maior parte da sociedade, portanto estes que são melhores devem ser os

que governam. Assim, essa configuração, em que a elite governa mantém o equilíbrio social. Pio e Porto (1998) expõem que: “Os autores elitistas procuram demonstrar que a democracia é inviável, baseados na ideia de que qualquer sociedade será governada por poucos. A comprovação desse fato, lógica e empiricamente, torna irrealizável a crença no ‘autogoverno das massas’.” (PIO & PORTO, 1998, p. 297).

A perspectiva pluralista, a qual se torna mais hegemônica, defende que existem diversos grupos de interesses na sociedade e que estes são levados a agir quando as decisões públicas afetam diretamente os seus interesses (BOAVENTURA, 2002).

Para o pluralismo, conforme expõe Pio e Porto (1998), para se entender os condicionantes da ação política dos grupos, devem-se entender os indivíduos que os compõem. À luz da teoria pluralista existem dois tipos de indivíduos políticos: o desinteressado político, a não ser que seu interesse direto esteja em questão; e, os sujeitos com potencial de inserção em vários grupos.

O pluralismo defende que existem ganhadores e perdedores universais, ou seja, o indivíduo pode não ganhar uma questão sobre um determinado assunto, contudo, como ele participa de muitos outros grupos e questões ele pode obter êxito em outro assunto.

De tal modo, os pluralistas defendem que:

(...) “é preciso assegurar regras justas de interação política, para que se mantenha a disposição dos eventuais perdedores a continuar jogando. Para tanto, tais regras precisam maximizar os ideais de igualdade política e soberania popular, ou seja,

- Estabelecer capacidades semelhantes de influência política para todos; e,
- Vincular as decisões públicas à vontade da maioria.

Segundo os principais defensores dessa corrente – aqui incluídos Schumpeter, Dahl e Lindblom –, tais regras precisariam estabelecer interações coletivas – eleições – entre os cidadãos para a constituição dos governos, isto é, para a ocupação dos postos de comando do Estado.”(PIO Carlos & PORTO, Mauro, 1998, p. 301-302)

Desta forma, criticando esta concepção pluralista, Santos (2002) mostra que o pensamento hegemônico ao final das duas guerras mundiais é a democracia que restringe as formas de participação e a soberania ampliada do povo em prol de consenso na eleição para a formação de governo. A democracia fica reduzida as regras do processo eleitoral.

Nos anos de 1960, de acordo com Santos (2002), surge o debate sobre a compatibilidade entre capitalismo e democracia. Os autores pontuam que segundo a tese de Przeworski (1985), a medida que os países aderissem a democracia, haveria uma propensão distributiva motivada pelo alcance da sociedade civil ao poder através da democracia. Contudo, a análise marxista sobre a democracia advoga que esta deveria ser totalmente reconfigurada, pois a democracia nos moldes liberal não democratizaria a relação fundamental do modo de produção capitalista, a saber: a relação entre capital e trabalho.

Assim a realidade nos mostra, por meio dos cortes de políticas sociais e desestruturação do Estado de Bem Estar Social, que a democracia de cunho liberal, a qual privilegia a representação em contraposição a participação, não é um mecanismo capaz de solucionar as desigualdades materiais.

Torna-se ilustrativo o fato do Brasil ser o segundo país no *ranking* entre os países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com pior distribuição de renda, conforme relatório econômico da instituição em 2013.

Ressalta-se a possibilidade de uma forma de democracia distinta da hegemônica liberal. A concepção hegemônica da democracia liberal baseia-se em:

Os principais elementos dessa concepção seriam a tão apontada contradição entre mobilização e institucionalização (Huntington, 1968; Germani, 1971); a valorização positiva da apatia política (Downs, 1956), uma ideia muito salientada por Schumpeter, para quem o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes aos quais caberia tomar as decisões (1942: 269); a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias (Lijphart, 1984); o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre as elites (Dahl, 1956; 1971) e a solução minimalista para o problema da participação pela via da discussão das escalas e complexidade (Bobbio, 1986; Dahl, 1991). (BOAVENTURA, 2002, p. 41-42)

Conforme o mesmo autor há três pilares argumentativos para a sustentação da democracia liberal. O primeiro argumento baseia-se nas críticas aos ideais marxistas de soberania popular, pois defendem ser a democracia uma forma e não uma substância, ou seja, a democracia é mecanismo procedimental e institucional para chegar-se a decisões políticas e administrativas, assim a participação popular gira entorno apenas do voto. A segunda ideia é a concepção que torna necessária a burocratização para o funcionamento do sistema democrático, de modo que os cidadãos abdicariam de sua participação para que as decisões e regulação do Estado ocorram por meio de técnicos e especialistas que compõem o corpo

burocrático. E por fim, o terceiro argumento apresentado, ampara-se na perspectiva que a representação torna-se a única forma viável para as democracias de grande escala.

Com relação ao último argumento apresentado pela concepção hegemônica de democracia a respeito da representatividade, Santos (2002) destaca que a mesma considera apenas este aspecto, suprimindo as dimensões da autorização, a da identidade e da prestação de contas como fatores basilares para a representação.

A concepção de democracia participativa, trazida por Boaventura (2002), nega a ideia da concepção hegemônica de democracia. Ao passo que, diferentemente da concepção de democracia que alega ser esta uma forma de organização da sociedade em sua relação com o Estado, a democracia revela-se como um modelo que não homogeneíza as formas de governo, pois este movimento homogeneizante, suprime a historicidade e desconsidera a pluralidade humana.

Essa concepção de democracia traz a ênfase na inovação cultural e na inovação institucional.

Conforme Habermans (1995 apud, SANTOS, 2002), para uma política, ação ou norma governamental, ser plural, esta deve ter processos racionais de discussão e deliberação, contando com o assentimento de todos. Logo:

(...) “mostram-se patentemente insuficientes os procedimentos de agregação próprios à democracia representativa e aparecem em evidência as experiências de procedimento participativo dos países do Sul, como o orçamento participativo no Brasil ou a experiência dos Panchayats na Índia.” (SANTOS, 2002, p. 53).

Na perspectiva democrática contra hegemônica o papel dos movimentos sociais coloca-se com extrema importância. “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos” (SANTOS, 2002, p. 53).

1.3. Sociedade civil e os espaços públicos no Brasil: democratização das relações de poder

Após o período ditatorial de 1964-1985, o país passa por um período de redemocratização. Esse período tem como marco legal a Constituição Federal de 1988, ou, como também é conhecida, a Constituição Cidadã.

Nos anos da ditadura militar, conforme expõe Carvalho (1998), o Estado fechou até os mais simples espaços de expressão e negociação política, como o Congresso Nacional, os partidos políticos e a censura da imprensa. Diante desta situação, surgem com maior força os movimentos sociais, os quais terão papel elementar para a construção da democracia no país:

Neste contexto de ausência de canais de interlocução, emergem novos movimentos sociais como captadores destas novas e cadentes demandas sociais. Sua ação abre novos espaços ou “lugares” para a ação política. Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornam-se espaços e questões públicas, lugares de ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido. (CARVALHO, 1998, p. 9)

Dentro do processo de redemocratização do país e da inserção dos movimentos sociais na vida política nos anos 80, o movimento sanitário atuou no Brasil de modo precursor. Neste percurso a 8ª Conferência Nacional de Saúde foi um marco, pois a mesma, conforme Bravo (2006) abrangeu atores sociais pra além dos profissionais da saúde.

A 8ª Conferência, numa articulação bem diversa das anteriores, contou com a participação de cerca de quatro mil e quinhentas pessoas, dentre as quais mil delegados. Representou, inegavelmente, um marco, pois introduziu no cenário da discussão da saúde a sociedade. Os debates saíram dos seus fóruns específicos (ABRASCO, CEBES, Medicina Preventiva, Saúde Pública) e assumiram outra dimensão com a participação das entidades representativas da população: moradores, sindicatos, partidos políticos, associações de profissionais, parlamento. A questão da Saúde ultrapassou a análise setorial, referindo-se à sociedade como um todo, propondo-se não somente o Sistema Único, mas a Reforma Sanitária. (BRAVO, 2006, p.9)

Desse modo, mais do que discutir a saúde, o movimento sanitário incitou a participação democrática da sociedade civil na política, como exemplo a demanda por “democratização do poder local através de novos mecanismos de gestão – os Conselhos de Saúde” (idem, p.9).

A Carta Constitucional de 1988 traz mecanismos de participação como: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular como forma de iniciar processos legislativos (NEVES, 2009, p.204). Nesta Constituição há também o incentivo a participação popular na implementação das políticas de saúde e assistência. Contudo, como a autora ressalta, as diversas leis criadas que incentivam o controle da sociedade sobre o Estado, esbarram na cultura política do país, a qual tem suas raízes no clientelismo e no favor.

Este projeto político e de sociedade tem como objetivo central uma democracia real, em que o povo seja o soberano, e não mais o Estado. Para que tal projeto se realize na concretude da vida real, vários mecanismos devem ser estabelecidos, como: a participação da sociedade civil e a descentralização dos espaços de poder e decisão.

Um exemplo real de participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação é o orçamento participativo. Conforme Santos (2002) e Dagnino (2004), o orçamento participativo na cidade de Porto Alegre foi um espaço aberto pela sociedade política que permitiu uma real participação da população a nível local na discussão, deliberação e fiscalização na gestão das políticas públicas.

Assim, o orçamento participativo caracteriza-se por três eixos principais:

Participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; (2) combinação de democracia direta e representatividade, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; e (3) alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros. (SANTOS, 2002; p. 66)

Neste sentido, o autor supracitado, ressalta que no Brasil as experiências mais significativas de transformação nos moldes da democracia, tiveram sua iniciativa gestada dentro dos movimentos sociais, gerando novas normas e formas de controle social.

Desse modo, a perspectiva democratizante que se estabelece após os anos de ditadura e opressão do Estado sobre a sociedade civil é o da co-gestão e participação entre estes dois polos nas decisões das políticas. Isto é, o Estado é formado tanto pela sociedade política como pela sociedade civil, um Estado ampliado, nos termos de Gramsci.

Assim, os anos noventa foram cenário de numerosos exemplos desse trânsito

da sociedade civil para o Estado. Segundo, e como consequência, durante esse mesmo período, o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. (DAGNINO, 2004, p.3)

Assim concebe-se uma sociedade civil, conforme pensa Gramsci e é exposta em Coutinho (1989), que é:

formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura(...), etc. (COUTINHO, 1989, p.76)

Logo, a sociedade civil que se pensa nesse projeto político democratizante é uma sociedade civil onde se estabelece uma arena de disputas por interesses diferentes, na busca da hegemonia da direção ideológica. Esta sociedade civil deve ser participante e propositiva, atuando junto ao Estado, mas de modo independente deste, na gestão, proposição das políticas públicas e, em especial, das políticas sociais. Destarte, os movimentos sociais são de extrema importância para esse movimento de democratização do país. Neste sentido Nogueira (2004) pontua que:

Cidadãos ativos são, portanto, personagens vitais da democracia, devendo ser, por isso, constantemente “criados” e “organizados” (pela educação, pelo debate público, pela multiplicação de espaços institucionais de discussão e deliberação). Donde a política democrática não pode ser concebida sem participação, representação e institucionalização, tanto quanto de uma ideia de limitação e regulação do poder coercitivo. (p.91)

A descentralização político administrativa sobre essa ótica é o outro elemento essencial para a viabilidade da democracia. A descentralização e a municipalização trazem uma partilha do poder, do financiamento e das decisões para o nível local, saindo da perspectiva do Estado centralizador, controlador e composto somente pela União. A este respeito Jovchelovitch (1997) pontua alguns princípios da descentralização:

Os princípios fundamentais do processo de descentralização são: mais flexibilidade; mais gradualismo; mais progressividade; mais transparência; mais existência de mecanismos de controle social.

Constituem aspectos importantes desse processo: a) democratização do Estado; b) maior controle social sobre a administração pública de nível local; c) viabilização mais fácil de conversão de demandas sociais em programas e

serviços; d) exercer papel integrador das instituições municipais; e) multiplicação dos núcleos de poder político por intermédio do fortalecimento do poder local; f) aumento da eficácia das políticas públicas; g) atenção às demandas crescentes por participação, por intermédio das instituições representativas de nível municipal. (p. 39)

Neste mesmo cenário, pós-ditadura militar e criação da Constituição Federal de 1988, sob a égide da globalização e da adaptação do país ao mercado internacional, fala-se da necessidade de reformar o Estado.

Neste sentido é lúdico o Plano Diretor da Reforma do Estado de (1995). Conforme pontua Nogueira (2004), sobre a pretensão de ser uma reforma técnica do Estado, sem uma base ideológica, a reforma seria boa para todos. Nestes termos, o que se argumentava era que deveria ocorrer:

Uma redefinição do papel do Estado. Parte-se do pressuposto de que se ele continua sendo um realocador de recursos, que garante a ordem interna e a segurança externa, tem os objetivos sociais de maior justiça e equidade, e os objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Contudo, para assumir os dois últimos papéis, cresceu de forma distorcida. Hoje, então, a “reforma” passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controlados pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. (BEHRING, 2003, p.178).

De tal forma, o que é proposto nos anos 90, em oposição à perspectiva democrática universal, é uma diminuição do Estado e um aumento da regulação pela via do mercado. Essa perspectiva é conhecida como o projeto neoliberal.

Esta reforma do Estado vivida em 90, ou contrarreforma (BEHRING, 2003), como também é conhecida, gesta uma contradição em seus ideais. Como expõe Nogueira (2004), os argumentos reformadores eram: menos Estado, mais democracia, menos burocracia e mais iniciativa. De tal forma, e sob a pressão da sociedade e outros fatores, o discurso reformador aproximou-se de alguns conceitos que são fundamentais na perspectiva democrática, a saber, são eles: descentralização, participação, cidadania e sociedade civil. Entretanto, esses conceitos na ótica reformadora tiveram os seus sentidos alterados.

O projeto neoliberal operou de tal modo um desvio no sentido de vários conceitos que usualmente são da perspectiva democrática. Iniciemos pela concepção de participação. Nesse sentido, percebem-se dois projetos em disputa: o neoliberal e o democrático-popular na

conceituação da participação. O primeiro caracteriza a participação como a sociedade civil atuando nas obrigações sociais do Estado, o qual transfere suas responsabilidades para a sociedade civil, devendo esta atuar por meio da solidariedade, filantropia etc. Já na segunda perspectiva, a democrática universal, acredita-se que há a “possibilidade de construção da democracia, à medida que ocorre a partilha do poder de decisão entre o Estado e a sociedade, associada ao projeto democratizador, à capacidade de negociação e ao controle democrático sobre o Estado.” (NEVES, 2005, p. 209).

Neste sentido, Neves (2009) conclui que com o golpe que a participação social, gestada em 1980 no seio dos movimentos sociais pela democratização do Estado, sofre em 1990 com a contra-reforma neoliberal e a cultura política clientelista enraizada no imaginário social, põem a participação social em risco.

“de nosso ponto de vista, a participação social e coletiva corre riscos ao enfrentar práticas políticas que colocam obstáculos ao processo de construção democrática, em especial nos contextos em que a prática clientelista é forte tendência, pois ocorre aí um processo de despolitização da participação.” (NEVES, 2005, p. 214).

A sociedade civil nessa perspectiva neoliberal é vista como responsável pelas ações e atendimento dos sujeitos que não tem acesso ao mercado e que o Estado, agora minimizado, não deve cumprir. Assim, sobre a lógica reatualizada da caridade, a sociedade civil é chamada a participar, não na concepção de propositora das políticas, mas de executora, em uma perspectiva associativa, de políticas sociais. Nogueira (2004) ao falar sobre os conceitos de sociedade civil, participação e cidadania na ótica neoliberal, pontua que:

Participação e sociedade civil não mais serão vistas como expressão e veículo da predisposição coletiva para organizar novas formas de Estado e de comunidade política, de hegemonia e de distribuição do poder, mas sim como a tradução concreta da consciência benemérita dos cidadãos, dos grupos organizados das empresas e das associações. (NOGUEIRA, 2004, p. 57)

Outro conceito que é usado no discurso neoliberal, mas de forma bem distinta da sua concepção democrática universal, é o da descentralização. Conforme já fora exposto, a descentralização no âmbito democrático ocorre de modo em que há uma distribuição tanto das responsabilidades, como do poder e dos recursos. Entretanto, na perspectiva neoliberal o conceito de descentralização se dá de modo distinto. Neste sentido, Jovchelovitch pontua que

“Deve-se estar alerta, entretanto, para uma concepção de descentralização de corte neoliberal, que a identifica como estratégia de redução do gasto público, visando combater a crise fiscal do Estado moderno.” (JOVCHELOVITCH, 1997, p.40).

Nessa perspectiva, a democracia participativa de corte neoliberal, aquela que transfere à sociedade civil e a um “terceiro setor” as responsabilidades sociais daqueles que não tem acesso via mercado. Ou seja, há uma “descentralização” da responsabilidade das mãos do Estado, que, portanto, passa a ser mínimo, e há um aumento do terceiro setor.

Diante do exposto, ressaltamos a contribuição de Montano (2002) para o debate, tendo em vista sua discussão sobre o terceiro setor.

A relevância do tema em debate se faz ainda mais evidente ao tratarmos das lutas sociais e de classes pela conquista/manutenção da hegemonia na esfera da sociedade civil. Hoje, mais do que nunca, é forte e clara a hegemonia burguesa no âmbito estatal, no mercado e no espaço da produção. Neste sentido, particularmente no Brasil, durante e após o contexto ditatorial, a sociedade civil põe-se como *locus* privilegiado das lutas sociais e de classe pela hegemonia. A articulação das lutas num projeto de classe tende a dificultar a busca da hegemonia burguesa na sociedade civil. Por outro lado, o isolamento (mediante a “setorização” da esfera da sociedade) e a mistificação de uma sociedade civil (definida como “terceiro setor”), “popular”, homogênea e sem contradições de classe (que em conjunto buscaria o “bem-comum”) e em oposição ao Estado (tido como “primeiro setor”, supostamente burocrático, ineficiente) e ao mercado (“segundo setor”, orientado pela procura do lucro), contribui para facilitar a hegemonia do capital na sociedade. O debate sobre o “terceiro setor” não é alheio a esta questão. Ideologizando este conceito, segmentando as lutas em esferas (ou “setores”) autonomizadas, desarticuladas da totalidade social, personificando o Estado, o mercado e a sociedade civil, numa clara homogeneização desta última, escamoteando o verdadeiro fenômeno: a desarticulação do padrão de resposta (estatal) às sequelas da “questão social”, desenvolvido, a partir das lutas de classe, no Welfare State. Com tudo isto, o conceito e o debate sobre o “terceiro setor” presta um grande serviço ao capital e à ofensiva neoliberal, nesta luta pela hegemonia na sociedade civil no interior do processo de reestruturação do capital”. (MONTAÑO, 2002, p. 15-16)

CAPÍTULO 2

AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

O diálogo e a disputa de diferentes projetos e concepções ideológicas que perpassam o Estado e a sociedade civil, em nível macro, conforme visto no capítulo anterior, mostram-se concretamente nas políticas públicas. Tal dicotomia é visível nas diversas políticas sociais. Como exemplo pode-se citar: o âmbito da saúde, em que há uma disputa entre o projeto defendido pela reforma sanitária, a qual defende a saúde como direito de acesso universal e o projeto privatista; já na assistência a dicotomia existe na concepção da assistência como direito ou como caridade. Tal realidade, de disputa entre ideologias, não se mostra diferente na política de esporte e lazer.

Assim, para compreender a política de Esporte e Lazer atualmente no Brasil, em sua particularidade, é um processo que nos demanda olharmos questões macros como: Estado, trabalho, política e direito. De tal maneira, aproximamo-nos também de objetos específicos, em sua singularidade, como a Copa do Mundo de Futebol (FIFA) que ocorreu no país em junho de 2014.

Segundo Flausino (2012) há uma visão mistificada da política de esporte e lazer. A mistificação ocorre, de acordo com a autora, pois o discurso dominante na sociedade considera o esporte e o lazer como atividades que são “a solução dos problemas sociais”. Além deste fator, a autora sustenta que há vários entraves à política de esporte e lazer, como os apontado na pesquisa de Castelan (2011), em que se expõe que os gastos realizados com o esporte de alto rendimento são bem maiores do que os com o esporte educacional e de participação. Tal fato é revelador na concepção da política de esporte, pois, como expõe Boschetti (2009), a configuração do financiamento e do gasto com a política é um dos aspectos considerados quando se faz a análise de uma política.

Outro aspecto ressaltado por Boschetti (2009) na análise de uma política é a gestão e o controle democrático. A este respeito, o tópico “participação e controle social e democrático” é fundamental na garantia da construção da política. Assim, a autora explicita o papel desse indicador:

Busca analisar os mecanismos de controle que a sociedade dispõe para acompanhar e fazer valer o exercício da cidadania; esse indicador implica discutir o papel e as atribuições dos movimentos sociais e dos Conselhos de gestão, instituídos após a Constituição de 1988. Um dado importante é o grau de mobilização e participação social em torno de determinada política e/ou programa social, o que pode ser percebido na identificação de existência de Fóruns específicos, na realização e participação da população em conferências e conselhos, na existência de ações sistemáticas e planejadas para a socialização e mobilização. (p. 589).

Neste sentido, ao colocar a política de esporte em questão se faz preciso pensar na composição e articulação do seu Conselho e as formas de deliberação na formulação das políticas de esporte. De acordo com o sítio do Ministério do Esporte o Conselho Nacional do Esporte (CNE) é o:

órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Entretanto, cabem ressalvas ao analisar a composição² deste conselho, pois ela não revela uma ampla participação da sociedade civil que tem por interesse o esporte enquanto direito e lazer de acesso universal.

Após traçado os contrastes presentes, em geral, na concepção de uma política, buscaremos abordar – de forma breve – as concepções da política de esporte no Brasil. Para tanto percorremos um breve histórico sobre o surgimento do esporte, alcançando assim, sua concepção enquanto direito de cidadania.

Em sequência abordamos a política de esporte no Brasil a partir da Constituição de 1988, na qual o esporte foi qualificado como um direito. Temas como as Conferências Nacionais de Esporte são abordados, pois a participação da sociedade na formulação das políticas sociais muito diz sobre a concepção desta.

² Em anexo segue o quadro com a composição do CNE, acessado em 20/06/2014 no site do Ministério do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/conselho-nacional-do-esporte/membros>.

2.1 O esporte como direito de cidadania

Conforme Athayde (2014), há uma tendência a conceituação da política de esporte de forma rasa e escassa de conteúdo, pois, comumente os indivíduos a conceituam baseados no senso comum. Assim, conceituar o esporte, dentro do aspecto científico, exige abandonar as ideias naturais e cotidianas do senso comum.

Existem várias linhas teóricas que apontam o surgimento do esporte. Há aqueles que acreditam em sua origem desde as sociedades primitivas, associando o esporte a arte da guerra. Outra linha argumenta que estas modalidades (competição de arco e flecha na Roma antiga, egípcios, chineses etc.) são “proformas do esporte” advogando que a origem do esporte moderno se dá com o desenvolvimento capitalista.

Assim, baseados nesta última linha argumentativa, Castellani Filho (2008 apud ATHAYDE, 2014) conceitua o esporte como uma construção humana, fruto de sua atividade, visando responder as necessidades da sociedade em seu processo civilizatório.

Neste sentido, embasado no pensamento Marxista, consideramos que as necessidades humanas são necessidades tanto de ordem biológica (comer, dormir e se reproduzir) bem como necessidades do espírito (cultura, religião, política). O esporte e lazer entram, portanto na segunda ordem de necessidade; as da cultura, devendo ser direitos defendidos em uma sociedade que busca ser democrática.

Neste contexto, das origens do esporte moderno, as olimpíadas de 1896 são ilustrativas das características que o esporte assumia na sociedade. Conforme Proni (2004 apud ATHAYDE, 2014), Pierre de Coubertin, barão que promoveu os jogos olímpicos de 1896, “almejava manter o esporte diretamente vinculado a um ideal aristocrático e, concomitantemente, associar a prática esportiva a um modelo burguês de educação, valorizando a igualdade de oportunidades dentro da concepção liberal” (p.93). Os jogos perpetuavam, conforme o mesmo autor, uma clara distinção entre classes, por meio da separação do esporte profissional e o amadorismo, o qual era destinado aos menos abastados e possuidores de tempo e condições materiais para as práticas esportivas.

Assim, o amadorismo tinha função educativa e de formação de caráter, de modo que fossem preservados os princípios éticos aristocráticos, enquanto o profissionalismo, com as competições e campeonatos, com seu potencial de mercantilização, afirmava o ideal liberal (ATHAYDE, 2014). Assim, para os idealizadores das olimpíadas, o esporte poderia ser

caracterizado com neutralidade, até mesmo recusando o financiamento do governo. Entretanto, logo se mostram as características intrínsecas das competições esportivas, isto é, sua dimensão sociopolítica.

Nessa linha, o esporte alcançou níveis de competição internacionais, carregado do simbolismo de uma nação superior a outra ao passo em que essa se mostrava vitoriosa nas competições.

A Guerra Fria foi ilustrativa do processo de extremismo nas competições esportivas. Há, neste período, uma forte disputa entre EUA e União Soviética, uma disputa esportiva que figura a disputa ideopolítica dos dois países. Assim, Athayde (2014) demonstra que neste momento ocorre uma diminuição dos valores pregados no esporte amador, sobrepujados pela necessidade de vencer a qualquer custo e representar a superioridade de sua nação. O autor assinala que justamente neste período que se destacam e proliferam os eventos de suborno e *doping*.

Seguindo ainda a linha de análise histórica do esporte na sociedade contemporânea, após o período de disputa entre ideologias de sociedade através do esporte, no período da Guerra Fria, há a queda do muro de Berlim e, portanto a “derrota” do Socialismo real e a vitória do Capitalismo. Assim, acompanhando o movimento histórico, as competições esportivas passam por uma ressignificação, como nos mostra Athayde (2014):

Com a queda do muro de Berlim, o fenecimento da Guerra Fria e o fortalecimento do capitalismo como formação social hegemônica, os investimentos no esporte mudaram de sentido. Para além de sua finalidade ideopolítica, como possuía a capacidade de mobilizar grandes agrupamentos humanos, o esporte passou a ser identificado e valorizado pelo seu potencial mercadológico. (p. 95)

Sob a ótica do mercado, o esporte passa a vincular-se com a sua especularização, ou seja, por meio dos grandes eventos esportivos (campeonatos, olimpíadas, Copa do Mundo de Futebol FIFA e demais megaeventos) o esporte torna-se um mecanismo de associação dos campeões com as grandes empresas, sendo os atletas “garotos propagandas”. Neste contexto o esporte, o qual deveria ser o elemento essencial dos eventos, acaba subsumindo-se³ a lógica do capital. Ou seja, os interesses da prática esportiva estão subsumidas aos interesses dos patrocinadores, das grandes empresas, impressas, financiadores do evento.

³ O conceito de subsunção é utilizado por Marx para descrever a subsunção formal e real do trabalho ao Capital.

O esporte passa então por um processo de alienação de forma que, como pontua Marques (2009, apud ATHAYDE, 2014), para uma pessoa ser considerada um admirador do esporte, basta que este acompanhe os lançamentos de produtos na área, assine as revistas de esporte e compre um pacote de canais de televisão que transmitam os jogos, sem a necessidade real de praticá-lo.

Observa-se que o esporte enquanto categoria própria da construção humana e resposta a suas necessidades, o que lhe caracteriza como um dos direitos de cidadania perde foco para uma superconcentração do esporte enquanto mercadoria.

Devido ao crescimento do processo de mercantilização, o esporte passa a ser objeto voltado majoritariamente ao consumo. Diante desse contexto, verificamos a translação do esporte como direito do cidadão (baseado nos princípios do Estado de Bem-Estar e nos preceitos consignados na CF de 1988) para a condição de um esporte como “direito do consumidor”. (ATHAYDE, 2014, p. 99)

O Esporte é posto como um direito de Cidadania, devendo, portanto, ser objeto de políticas sociais. Cidadania é aqui entendida como um conceito que, conforme exposto no capítulo anterior, carrega a disputa de ideologias distintas. Há os que consideram a cidadania como apenas o exercício do sufrágio universal, ou aqueles que compreendem esta como destinada ao mundo do consumo, isto é “Cidadão Consumidor”. Entretanto, consideramos cidadania como as condições reais e materiais de participação dos sujeitos na vida política. Isto significa, nas palavras de Melo (2004, p. 108), considerar:

a cidadania não como algo outorgada definitivamente, mas sim fruto de uma luta permanente, sobretudo das classes trabalhadoras visando a incorporação de direitos, em processos históricos de longa duração. Estamos falando da capacidade conquistada por todos os indivíduos e grupos sociais de disporem dos bens socialmente produzidos, possibilitando uma vida onde o acesso às criações artísticas, científicas, do plano da subsistência material não seja privado a pequenos grupos. Um regime democrático precisa contemplar todos os chamados direitos de cidadania (COUTINHO, 2000).

De tal forma, coloca-se o esporte como categoria constituinte da cidadania plena:

Concebemos o acesso/permanência a práticas corporais como dimensão da cidadania, por relacionar-se com a tarefa de socialização da produção humana e não com a apropriação privada ou por pequenos grupos da produção de riquezas, seja material ou cultural. A Educação Física e os esportes se inserem no campo dos bens culturais, indispensáveis a condição

de ser cidadão, embora não suficientes. Com isso, o constante evocar de ações cidadãs nesse campo podem estar indicando um esvaziamento da dimensão política da cidadania de enfrentamento da ordem excludente do capitalismo. Assim, de bandeira de luta contra a organização excludente da sociedade capitalista, objetivando denunciar o acesso/permanência desigual aos bens produzidos pela humanidade, bem como sua apropriação privada, a cidadania torna-se simples palavreado vazio (MELO, 2004, p. 119).

Assim, põem-se uma definição de esporte diferente da hegemônica, de forma a ser reconhecido como direito de cidadania e, logo, direito de todos os sujeitos e dever do Estado. Tal concepção diferenciada possibilita um primeiro passo para a reivindicação desse direito que, conforme exposto, é socialmente produzido e apropriado de forma privada, sendo uma expressão cultural da humanidade.

A Cultura, entendida no sentido subjetivo como um complexo de valores, significações e objetos simbólicos que estão inseridos no processo de formação intelectual do homem como um todo e, no sentido objetivo, como um conjunto de hábitos e criações humanas em todos os seus planos de atividades, permite nestas duas conceituações perceber que o Esporte deve ser compreendido como uma manifestação cultural.(BRASIL, 2005, p.16)

2.2 O direito ao esporte no Brasil

De acordo com Bracht (2005), são diversos os motivos que movem o Estado a interagir e/ou a intervir com a organização esportiva. Entre eles, destacam-se: a) a integração nacional; b) a educação cívica; c) a preservação da saúde da população; d) o oferecimento de oportunidades de lazer; e) o reconhecimento internacional dentre outros (p. 7).

O direito ao esporte no Brasil foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 e o seu Ministério foi criado apenas em 2013. Nesta CF de 88 o artigo 6º do Título II – Capítulo II o lazer aparece como um direito social e no artigo 217 do Título VIII – Capítulo III o texto constitucional traz o esporte como direito de cada um e dever do Estado fomentar tais práticas.

Após a Carta Constitucional, não se concretizaram grandes ações no âmbito do esporte. Do que foi feito, o esporte de alto rendimento foi o objeto de maior atenção. “A participação do Estado no campo esportivo durante os governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve base na visão do esporte de alto rendimento, mas sem a definição de uma política de longo prazo para o setor.” (MATIAS, 2013, p. 7). O destaque na

política de esporte, apontado pelo autor no período do governo FHC é o “Programa Esporte na Escola”, o qual é fruto de pressões no âmbito esportivo após o mal desempenho do Brasil nas olimpíadas de Sidney.

Neste contexto, ocorrem muitos escândalos com relação ao Estado e o esporte no país, como o caso da CPI que buscou investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Acontece que a CPI não evoluiu, pois a CBF, declarou-se como instituição privada e autônoma em relação ao Estado, entretanto, como aponta Athayde (2014), essa instituição carrega a contradição de receber recursos públicos, enquanto se diz autônoma.

No período do governo Lula, em 2003 é criado o Ministério do Esporte, separando-o do Ministério do Turismo através da medida provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, seção II, artigo 27. A pasta ficou sob o comando do PCdoB possuindo, três secretarias nacionais – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; e Secretaria Nacional do Futebol e Direito do Torcedor e sua Secretaria Executiva. Tal ação justifica-se por uma ausência de políticas em âmbito nacional e de controle da relação público/privado.

Ignorando a existência de interesses políticos e os fatos apurados pela CPI “CBF-Nike”, o Governo Lula justificou o estabelecimento de uma pasta ministerial específica para o esporte a partir de critérios que viabilizassem a melhoria da gestão administrativa e financeira. Segundo o governo, a necessidade de instituição do ME legitimava-se pela ausência, até o ano de 2003, de uma política com programas e ações contínuas e articuladas, de abrangência nacional, apta a relacionar o público e o privado no desenvolvimento do setor. Neste sentido, criticava-se o fato de as ações estatais serem oferecidas por programas e por projetos localizados e de pequeno porte, sem extensão para o âmbito estadual ou municipal. (ATHAYDE, 2014, p.268)

O Ministério do Esporte tem como missão:

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (BRASIL, 2014).

Conforme Athayde (2014) a gestão do governo Lula entra com a proposta de ampliação da participação popular nas políticas públicas. Nesse sentido, o Ministério do

Esporte realiza três edições da Conferência Nacional do Esporte, respectivamente em 2004, 2006 e 2010.

Assim, a I Conferência Nacional do Esporte (I CNE) é elaborada como uma instancia consultiva e deliberativa na busca pela formulação de políticas de esporte e lazer. Contou com a participação de vários representantes da sociedade civil, como os movimentos sociais, universidades, movimentos estudantis, entidades esportivas brasileiras, conforme dados do Ministério do Esporte (BRASIL, 2009a) houve a participação de mais de 83 mil pessoas, considerando todas as etapas, isto é as conferências municipais, regionais, estaduais e a Conferência Nacional. A temática central foi: “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. A I CNE cumpriu a sua meta de balizar a Política Nacional do Esporte (PNE), alcançando seu objetivo final em 2005, com aprovação da PNE pelo Conselho Nacional do Esporte.

A I Conferência trouxe também apontamentos para criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL), o qual tinha por eixos orientadores (ATHAYDE, 2014, p.283)

- i) o do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população; ii) o do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais; iii) o da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza; iv) o da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos (BRASIL, 2004).

Entretanto, Athayde (2014) pontua que, conforme Castelan (2011), nenhum dos quatro princípios norteadores do SNEL são seguidos na estrutura do esporte nacional, de modo que esta estrutura ainda se encontra subordinada ao esporte de alto rendimento em uma figura piramidal.

A II Conferência Nacional do Esporte em 2006 reuniu 44 mil pessoas, considerando todas as etapas, isto é as conferências municipais, regionais, estaduais e a Conferência Nacional. Perpetuou-se o tema de democratização do acesso ao esporte e lazer e o principal saldo foi a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Entretanto autores como Flausino (2013), Castelan (2011) e Athayde (2014) levantam a crítica que a participação popular se deu como forma de legitimar as políticas sociais ali implementadas, porém as

decisões finais continuavam delegadas ao Governo Federal, à iniciativa privada e às entidades de administração e prática esportivas.

A III Conferência Nacional do Esporte em 2010 contou com a participação de 220 mil pessoas no total. Esta conferência teve um eixo norteador diferente das edições passadas, seu objetivo central foi estabelecer um plano decenal para proporcionar as condições necessárias para projetar o Brasil entre as dez potências mundiais esportivas do mundo. Esse movimento, conforme Athayde (2014) encontrou base diante da projeção dos megaeventos esportivos que ocorreriam no país.

A mudança de enfoque da CNE estava diretamente vinculada ao compromisso assumido pelo Governo Federal - sem que tivesse entrado na pauta de qualquer Conferência anterior - de organização e realização dos grandes eventos esportivos, a saber: Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. (ATHAYDE, 2014, p.286).

2.3 Programas e Ações governamentais na Política de Esporte.

Do embate presente nos conferências, tanto municipais, regionais, estaduais e as três realizadas em âmbito nacional, Mathias (2013) aponta que destaca-se o programa Segundo Tempo, o qual foi criado pela Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003, vinculado à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). O programa tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional.

Considerado programa estratégico do governo federal, o Segundo Tempo é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculados na rede pública de ensino. (BRASIL, 2007, p.9)

Seu público alvo constitui-se nas crianças devidamente matriculadas no ensino público. Conforme Mathias (2013) o programa alcançou um número considerável de atendidos - aproximadamente 4 milhões -, considerando as políticas públicas na área do esporte, contudo, ao olhar para o quantitativo de crianças matriculadas no ensino público (27 milhões), vê-se que não houve a relevância que se fazia necessária.

Considera-se que não somente o financiamento da política caracteriza a concepção desta, entretanto, os gastos orçamentários de uma política tem a potencialidade de nos revelar muito sobre ela. Neste sentido, Athayde (2014) nos traz alguns quadros a este respeito, com os programas de maior relevância do Ministério do Esporte, conforme seguem:

Tabela 1 - Comparação entre a dotação inicial, o empenhado e pago, dentro da função “Desporto e Lazer” no período de 2004 a 2010, valores em R\$ deflacionados pelo IGP-DI.

Ano	Dotação (milhões)	Inicial		Execução (%)
		Empenhado (milhões)	Pago (milhões)	
2004	530,14	402,05	218,66	41,25
2005	854,84	572,84	148,73	17,4
2006	1.132,10	942,69	340,02	30,03
2007	1.159,53	1.777,13	947,44	81,71
2008	1.361,42	1.152,14	243,04	17,85
2009	1.502,10	1.055,60	156,71	10,43
2010	1.601,69	1.094,10	270,56	16,89
TOTAL	8.141,82	6.996,55	2.325,16	28,56

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal. (Elaboração ATHAYDE; 2014, p.295).

Tabela 2 - Valores em R\$ pagos por programa no período de 2004 a 2010 (em milhões), deflacionados pelo IGP-DI.

								Média	Média
								2004-2007	2008-2010
Programas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2007	2010
Brasil no esporte de alto rendimento	9,47	7,86	10,3	7,91	58,84	17,96	74,54	9,21	50,45
Rumo ao Pan 2007	55,01	7,75	158,16	820,52	0	0	0	344,56	0
Esporte e lazer na cidade	56,48	13,78	34,99	22,69	22,84	4,76	20.993,60	38,06	21,92
Segundo tempo	42,69	68,65	69,30	35,68	94,93	60,12	75.562,16	49,22	76,87

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal. (Elaboração ATHAYDE; 2014, p. 295).

Nota-se a baixa execução orçamentária nos principais programas do ME, conforme pontua o autor:

As informações da Tabela 22 reforçam a irregularidade e a reduzida execução orçamentária dos principais programas ministeriais, tanto para a área social, quanto para o desenvolvimento do esporte voltado à competição. Com exceção da alta média de execução orçamentária do “Rumo ao Pan 2007”, puxada pelos gastos inflacionados com esse programa no ano de 2007, novamente identificamos uma baixíssima execução orçamentária por parte do ME, uma vez que apenas o programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” conseguiu alcançar uma média percentual acima de 50% no período de 2008 a 2010. Destaca-se, ainda, a inexpressiva execução apresentada pelo PELC, média de 8,01% (2004-2007) e 1,53% (2008-2010). (ATHAYDE, 2014)

Conclui-se, a partir das tabelas, que há uma maior concentração de receita para os programas voltados ao esporte de alto rendimento, em específico, o que é direcionado aos megaeventos, como o PAN.

Observa-se que o esporte enquanto direito de cidadania de acesso universal, conforme defendido na I e II Conferência Nacional do Esporte, toma um patamar subalternizado na execução das políticas do ME. Tal fato pode ser percebido no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Este programa é vinculado à Secretaria Nacional Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), assim como o Segundo Tempo, entretendo, diferentemente do o último, o PELC tem como objetivo o alcance de todos os cidadãos.

O PELC, na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos. [...]

O PELC tem por objetivo central democratizar o lazer e o esporte recreativo para que os participantes tomem como própria a sua condição de cidadão, integrando-se à sociedade. E tem os seguintes Objetivos Específicos:

- Nortear ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos lazer e esporte recreativo;
- Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos;
- Orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo;
- Promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo;
- Incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo para envolver a população local para além dos núcleos;
- Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo. (BRASIL, 2013, p.4)

CAPÍTULO 3

A PESQUISA: O COMITÊ POPULAR DA COPA - BRASÍLIA

O presente capítulo busca trazer os resultados da pesquisa de campo com os integrantes do Comitê Popular da Copa de Brasília. Para melhor entendimento destes resultados, se faz preciso uma breve conceituação sobre o Comitê a nível nacional, seus temas e embates.

Seguindo esta linha abordamos os eixos principais da fala dos integrantes do CPC-Brasília, acerca dos temas: Copa nas Escolas, Remoções e o direito ao esporte e lazer, o direito ao trabalho e a participação e os resultados do CPC-B.

3.1 O Comitê Popular da Copa

Conforme o sítio⁴ oficial do movimento, o Portal Popular da Copa e das Olimpíadas, os comitês populares surgem da mobilização nas cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol (FIFA). As doze cidades sedes do evento são: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Conforme este sítio, os comitês são compostos por várias formas de organização da sociedade civil organizada:

Os Comitês Populares Locais são resultado de mobilizações nas cidades-sede da copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016. (Sítio Portal Popular da Copa)

Conforme a Carta Nacional dos Comitês Populares da Copa⁵ os megaeventos programados para serem realizados no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol (FIFA) em 2014 e as Olimpíadas em 2016 oportunizam a geração de investimentos que reduzam as

⁴Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/> acessado em 10/09/14

⁵ Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279 , acessado em 16/11/2014.

desigualdades sociais, promovendo melhorias das condições de vida da população brasileira. Entretanto, de acordo com a carta, o que ocorre é a violação de Direitos Humanos e sociais.

Segundo entrevistados e visitas de campo às reuniões do Comitê em Brasília, o mesmo era composto por vários movimentos sociais, entidades da sociedade civil e pessoas interessadas pelos assuntos ali abordados. Foram explicitados os riscos e as violações de direitos trazidas pela Copa do Mundo 2014 e assim, os diversos movimentos e a população em geral foram convidados a participar do Comitê.

Destaca-se na fala dos entrevistados do CPC-B que as pautas do Comitê giravam entorno, portanto, do tema Direitos Humanos e as violações dos mesmos trazidas pelos megaeventos

Destarte, compreende-se a rotatividade e diversidade de integrantes nas reuniões do Comitê, pois o movimento era composto por um público diversificado que buscava a defesa dos diversos Direitos Humanos e sociais que poderiam ou foram violados por esses megaeventos.

3.2 O Perfil Dos Entrevistados

Os entrevistados equivalem a 50% - 60% do grupo de integrantes assíduos e participativos do CPC-B, conforme entrevistas. Isto é, foram entrevistados 5 (cinco) integrantes do CPC-B de um grupo de dez a oito membros contínuos.

Todos os entrevistados possuem envolvimento com o ensino superior. Do total 40% estão cursando o nível superior, enquanto que os outros, correspondente a 60%, possuem graduação em algum curso de nível superior.

Revela-se, portanto, que os integrantes do CPC-B era composto por um público com um alto nível de escolarização. Outro dado que explicita o perfil desses integrantes é associação desses como outros movimentos e organizações da sociedade civil.

Dentre as formas de participação na sociedade civil antes e durante a participação no CPC, foram elencados pelos entrevistados à participação na Juventude do Partido Socialista – PSOL, em que três entrevistados são vinculados, dentre esses dois e mais um outro são

vinculados ao coletivo Rodamoinho⁶. Os outros grupos de participação dos entrevistados foram: movimento estudantil, marcha das vadias e o Movimento pelo Passe Livre – MPL.

3.3 Copa nas Escolas

O comitê realizava atividades semanais em que discutiam as diversas pautas como o direito a moradia, direitos das mulheres, da cidade, a mobilidade, dentre outros. Nas pautas dividiam-se grupos responsáveis pela mobilização de rua, em si, grupo de responsáveis pela divulgação (em todas as suas vias: sítio, *facebook*, e-mails, “boca a boca”), outros pela segurança (como pessoas responsáveis por fechar a rua impedindo a passagem de carros) Dentre estas pautas havia também a organização das atividades, como manifestações, entrega de panfletos e o Copa nas Escolas.

(...) uma das últimas atividades eu acho, uma das mais importantes, foi o Copa nas Escolas, a gente chegou em mais de 1500 alunos da rede pública, dentro desses tinha... a gente fez 23, 24 escolas e uma era escola particular, só, em que a gente falava sobre as violações de direitos humanos, então sobre o direito de moradia, infraestrutura, transporte, saúde e falava um pouco da lógica do público e do privado né, que era a ideia de como a Copa do Mundo usava da estrutura pública para beneficiar somente o capital privado e a gente fez isso durante uns quatro meses, foi uma grande atividade assim, tinham muitas escolas e teve um reflexo muito grande. (Entrevistado 1)

O projeto “Copa nas Escolas” consistia em visitas por integrantes do CPC às escolas na cidade de Brasília. Nestas visitas ocorriam atividades lúdicas para exemplificar os efeitos da Copa na Cidade. Uma delas se caracterizava pela visita de dois integrantes do comitê a

⁶ Conforme acesso ao site do coletivo, disponível em: <http://coletivorodamoinho.wordpress.com/quem-somos/>, acessado em 08/11/2014, o coletivo se intitula como: O Coletivo Rodamoinho surgiu com o objetivo de fazer política de um jeito “outro”. Se libertando das amarras colocadas pelas viciadas estruturas de poder e ação política, buscamos travar os debates e promover as ações necessárias para a transformação social de uma maneira diferente. De um jeito criativo, ousado, que coloque a disputa do poder como um meio e não um fim. Um meio para chegar a um mundo justo e igualitário.

Somos um Coletivo de juventude insatisfeito com a realidade do nosso mundo hoje. Com a degradação do meio ambiente, rural e urbano; com as diversas formas de opressão criadas e estimuladas pela nossa sociedade; com a forma como a educação é pensada e executada; com a maneira como o fazer cultural é tratado pelos agentes culturais; com os grandes *lobbys* dos meios de comunicação e da indústria cultural.

O Coletivo Rodamoinho surge da prática e no próprio fazer se reinventa, redescobre reformula. Entendemos o fazer como potencialidade de transformação, necessidade básica para revolução.

Nosso compromisso é com uma linguagem nova, capaz de engendrar uma realidade nova, nosso compromisso é com uma forma capaz de acompanhar a revolução do conteúdo.

Nosso compromisso é com esse fazer transformador, essa ação consciente e autônoma de libertação. Da prática surgimos, na prática nos transformamos, a prática é nosso caminho.

uma sala de aula. Nestas visitas um integrante representava o interesse de um empresário, o qual começava a negociar com os alunos. O integrante que assumisse o papel de empresário proponha aos alunos a construção de um estádio na escola e fala dos benefícios como os jogos, shows que o estádio poderia comportar etc. Os alunos se empolgavam com a ideia. Depois o empresário falava dos ônus como: a quadra poliesportiva seria demolida, o que os deixaria sem espaço para a prática de educação física, a cantina também seria fechada, pois só poderiam ser vendidos os lanches da empresa fornecedora de alimentos que fosse associada à empresa responsável pelo estádio etc. Assim, depois que as crianças vislumbravam todos os ônus que poderiam ser tragos pelo evento, o segundo integrante do CPC pontuava estes malefícios e o que a Copa do Mundo de Futebol poderia trazer para a cidade e seus moradores, em um processo de conscientização: “a gente também fez um projeto nas escolas de conscientização com crianças e adolescentes, que era o Copa nas Escolas” (Entrevistado 3)

Neste sentido, o movimento de conscientização, diretamente direcionados às crianças e aos adolescentes, foram um dos grandes eixos trabalhados pelo CPC.

(...) a questão de combate à exploração sexual, então o turismo sexual, o aumento do turismo sexual que era colocado que iria acontecer muito durante o período da Copa, e realmente aconteceu, inclusive tem vários relatos disso, em Fortaleza a questão do turismo sexual de menores, de menores de idade, e aqui em Brasília foi uma preocupação muito central pra gente, inclusive a gente fez um projeto, que era o Copa nas Escola, que tinha como um dos principais fundamentos o processo de conscientização dos... dos jovens sobre essa questão da exploração sexual, do tráfico humano, também, então isso foi uma questão muito central (Entrevistado 2).

O CPC, sabendo que a questão sexual trata-se de assunto polêmico, buscou diferenciar exploração sexual de turismo sexual e prostituição. Assim, como um espaço para o diálogo, o comitê proporcionou não só a conscientização das crianças através do Copa nas Escolas, mas de seus próprios integrantes.

(...) uma coisa que eu nunca tinha pensado mas que no Comitê, nos debates foram surgindo, foi a exploração das crianças, dos adolescentes, então, se não fosse isso eu nunca teria pensado nisso, e aí foram surgindo uma questão de pessoas, coletivos que trabalham já com as crianças e os adolescentes trazendo essa questão. (Entrevistado 4).

A problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes tem sua origem na estrutura socioeconômica-política do Brasil. Conforme Oliva (2010) são questões como empregabilidade, concentração de renda, deficiências na escolarização e falta de redes de apoio à família, às crianças e jovens, sobretudo aos grupos especialmente vulneráveis. Sendo assim, uma questão de grande complexidade e que necessita de políticas para o seu enfrentamento. Segundo Oliva (2010), os inchaços populacionais dos grandes centros urbanos são decorrentes, em sua maioria, dos processos migratórios. A partir deste processo, o círculo vicioso da pobreza empurra cada vez mais as crianças para o universo do trabalho (informal e ilegal).

Nesse sentido, tendo em vista que o CPC trabalhou no sentido da defesa dos Direitos Humanos, a prática de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres, com fins de exploração econômica ou não, é uma prática considerada abominável. Entretanto, defendem o direito das profissionais do sexo, ao afirmarem que prostituição não é crime e que o turismo sexual é um ato legal.

Muitas informações têm sido publicadas sobre o suposto elo entre eventos esportivos e o “aumento da prostituição” ou, ainda, o tráfico de pessoas. Há muitas distinções que precisam ser feitas. A primeira delas: prostituição, no Brasil, é ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho, em sua Classificação Brasileira de Ocupações, desde 2002 (CBO, n.5198-5). A outra distinção necessária é: durante a Copa, todos os trabalhadores querem incrementar seus ganhos e, por isso, não é difícil notar que pouco tem sido esclarecido sobre a violação de direitos que ocorre por obra da confusão entre trabalho sexual, tráfico de pessoas e o suposto “aumento” de ambos durante os grandes eventos esportivos. Para tal confusão contribuem, ainda, a criminalização dos deslocamentos humanos e dos processos migratórios daí derivados e o parco reconhecimento que tem sido conferido ao trabalho sexual, apesar das inúmeras e, por vezes, eloquentes manifestações, no Brasil e em outros países do mundo. (Comitê Popular da Copa, 2014, p. 36)

(...) a presença da prostituição, assim como de camelôs, catadores e sem-teto, conflita com a imagem que se busca promover nos projetos de reestruturação urbana, associada à revalorização e econômica. segundo a fundadora do movimento pelos direitos das prostitutas, gabriela leite, as primeiras pessoas a serem expulsas quando tais projetos são implementados são as prostitutas (leite, 2006)¹. apesar das intervenções serem defendidas como necessárias para o bem de todos os cidadãos, apenas uma pequena parcela da sociedade, que se enquadra na imagem pretendida, é beneficiada. (Comitê Popular da Copa, 2014, p. 38)

3.4 O Direito a Moradia e as Remoções.

Outro assunto de extrema importância, conforme exposto nas entrevistas, dentro do aspecto do tema central do comitê sobre violação de direitos, foi a violação ao direito à moradia. Este tema foi de grande centralidade do Comitê a nível nacional, bem como se mostrou preponderante na fala dos entrevistados do CPC-B.

Conforme Barandão (2014) em sua análise à Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa- ANCOP, foram publicados 41 notícias com relação ao tema, sendo que 15 da Articulação Nacional, 10 do Comitê Rio de Janeiro, oito do Comitê São Paulo, duas do Comitê Fortaleza, duas do Comitê Curitiba, duas do Comitê Recife, uma do Comitê Natal e uma do Comitê Porto Alegre.

De acordo com a autora, as previsões por parte do governo com relação às remoções giravam em torno de 150.000 a 170.000 pessoas que sofreriam remoções forçadas, contudo, essas informações dadas pelos governos eram vagas e imprecisas.

A estratégia utilizada em todo o território nacional era a produção da desinformação, alimentada com notícias truncadas ou falsas, propaganda enganosa e boatos. A ação seguinte eram ameaças e, em caso de resistência, mesmo que desorganizada, o aumento da pressão política e psicológica e ao final a retirada dos serviços públicos e a remoção violenta. Como relatado, em todas as fases do processo de remoção ocorria a violação dos direitos humanos (direito à moradia, direito à informação, entre outros). (BARADÃO, 2014, p.92)

Com relação à moradia, o Dossiê do Comitê Popular da Copa, aponta tal problemática e as extensões dela, pois a questão não se restringe ao fato de não ter um teto, mas as ligações e redes que o sujeito faz em sua vizinhança. Outro fator ressaltado é o protagonismo das mulheres como lideranças no movimento de embate às remoções, sendo elas, muitas vezes, chefes de família.

Muitas são as lideranças comunitárias que estão em luta neste momento contra a remoção de suas comunidades. e é possível perceber um protagonismo das mulheres na resistência. as lutadoras costumam ser moradoras antigas das comunidades ameaçadas e na maioria das vezes são as “chefes” de suas famílias, e usam sua habilidade feminina para adaptar da melhor forma suas vidas e a de seus filhos ao ambiente que ocupam. nessas comunidades os filhos brincam nas ruas porque todos se conhecem e se cuidam. quando tem que trabalhar, essas mulheres contam com a ajuda e apoio das vizinhas para tomar conta das crianças.

Muitas vezes a renda da família é complementada ou mesmo se constitui integralmente por trabalhos feitos em casa pelas mulheres, muitas fazem artesanato ou comida para vender para a vizinhança. quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que a casa (um teto e quatro paredes). é toda a forma de sobrevivência das famílias. daí o protagonismo de tantas mulheres, com força na luta pela permanência em suas comunidades. (CPC, 2014, p.8)

Nesse mesmo Dossiê (idem) são apontadas questões como a higienização feita nas cidades sedes dos jogos. Este processo é motivado pela “limpeza-social” de áreas valorizadas da cidade no mercado imobiliário com grandes potencialidades ao lucro.

Os entrevistados apontam nesse mesmo sentido da ANCOP para a violação ao direito à moradia e trazem para o caso específico da região do DF e entorno. Em Brasília, a questão da violação à moradia não se deu de forma explícita, ou seja, com remoções para a construção de obras ou de valor para o evento. O que ocorreu, mas que mantém a perversidade, conforme as entrevistas, fora a doação e o leilão de terrenos da Agencia de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP para subsidiar os gastos com a Copa.

(...) aqui no DF, já que a gente está falando de remoção, nenhuma família perdeu sua casa indiretamente, ninguém chegou e foi removido da sua localidade, no entanto a maior parte dos estádios foi custeado com recurso da TERRACAP e com leilões de terra pública, venda de terra pública. Então... considerando que a gente tem um déficit de habitação enorme no DF, essas terras públicas, patrimônios estatais que poderiam ser usados para a construção de moradias populares foram rifados, leiloados e o dinheiro todo usado para construir esse grande estádio que a gente tem em Brasília, o Mané Garrincha, então você não houve pessoas perdendo sua casa, mas teve pessoas deixando de ter a sua casa por causa dessa política.(Entrevistado 5)

Depois passou por um processo forte da questão da moradia, porque a gente teve... por causa dos gastos, do financiamento do estádio, a gente teve muito terreno público que era destinado para a moradia popular, que ia ser construído nos próximos anos, que foi destinado para leilão por causa... para você cobrir os gastos da Copa do Mundo.(Entrevistado 1)

A principal pauta que era colocada a nível nacional era a questão da moradia né, das remoções forçadas que a Copa geravam. Acaba que Brasília, pelo local que foi feito o estádio é... não gerou remoções diretas, ou seja, pessoas que foram removidas pela própria construção do estádio, mas ele gerou uma série de processos que... que geram, por exemplo, um boom de especulação imobiliária em Brasília, que geraram outro processo de remoção indireta, como aconteceu, por exemplo, em regiões como Estrutural e... e essa questão sempre foi muito tocada(Entrevistado 2)

Conforme sítio da TERRACAP⁷, esta em 1997 foi transformada em Agência de Desenvolvimento, com a finalidade de subsidiar políticas públicas que visassem ao crescimento econômico e social no DF. Nesse sentido, mostra-se claro, conforme a fala dos entrevistados que a Agência zela mais pela sua competência que visa o crescimento econômico⁸ do que pelo viés social.

3.5 O Direito ao Trabalho

O trabalho informal representa atualmente⁹ no país 32% do percentual médio dentro do mercado de trabalho do Brasil, de acordo com o *Boletim do Mercado de Trabalho n° 56*, publicado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Essa taxa é a menor em anos, e segundo o IBGE a tendência é o seu decréscimo. Entretanto, os valores apurados não deixam de representar uma grande parcela da população, logo que deve ser atendida e respeitada.

GRÁFICO 3:



Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge>

⁷ Disponível em: <http://www.terracap.df.gov.br/portal/institucional/competencias> acessado em 17/11/2014.

⁸ Aqui referimo-nos ao crescimento econômico voltado ao grande capital, como no caso exemplificado: a Fifa.

⁹ Valores apurados em janeiro de 2014.

Assim, durante o período da Copa Do Mundo de Futebol FIFA, uma questão levantada pela população seria o seu ganho econômico através do comércio, contudo muitos trabalhadores informais estiveram fora deste bojo, pois estes não poderiam permanecer ou vender seus produtos em um raio de proximidade dos estádios. Neste perímetro, apenas as empresas vinculadas com a FIFA poderiam vender.

(...) o trabalho informal, a gente discutia isso, sobre a questão dos trabalhadores é... que normalmente estão nos espaços públicos vendendo seus produtos e não poderem, não poder ter esse direito de vender seus produtos por causa de um acordo entre o governo e uma entidade estrangeira que permitiria apenas os seus colaboradores digamos assim daquela área de público, enquanto que o trabalhador brasileiro não poder exercer o seu direito de trabalhar né. (Entrevistado 4)

3.6 O Direito ao Esporte e Lazer

O esporte e Lazer são campos de atuação da sociedade civil, do Estado e do mercado, portanto comportam diversos e antagônicos interesses políticos.

Conforme a Carta da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa¹⁰, estava prevista a quantia de R\$ 24 bilhões de recursos públicos (10 vezes o orçamento do Ministério dos Esportes em 2011) nas obras das 12 cidades sedes: Fortaleza, Recife, Natal, Salvador, Manaus, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre. Segundo o mesmo documento, além daquele dinheiro, foi aprovada a isenção de impostos para as construtoras dos estádios e dos campos de treinos nas outras cidades que atuarão como apoio à Copa, recebendo as seleções. Nesse sentido, a carta levanta o questionamento de por que, então, não isentar de impostos a cesta básica dos/as trabalhadores/as?

O Comitê Popular da Copa Nacional, bem como em Brasília abordaram o tema do Esporte e Lazer em tempos de megaevento, entretanto, diferentemente de nossa hipótese inicial, este não foi o tema central do comitê. Conforme o 4º entrevistado, ao ser questionado sobre o posicionamento do governo frente à política de esporte, o mesmo respondeu “essa é uma das pautas que a gente, infelizmente, tocou menos”.

Todos os cinco entrevistados responderam que a concepção dada à política de esporte tem sido mais na concepção mercadológica do mesmo e não como um direito humano

¹⁰ Disponível em:

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279

e social. Os entrevistados frisaram também que o Comitê não tinha por objetivo impedir a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA, mas que esta ocorresse sem violar tantos direitos humanos.

As respostas com relação à política de esporte centraram-se, em sua maioria, na questão do atleta das categorias de base e aqueles que não tinham condições materiais ofertadas para os treinos, o que nos revela uma discussão mais voltada para o esporte de alto rendimento.

Assim, o esporte concebido na qualidade de um direito social busca não apenas atender aos atletas de sua população, mas considera o esporte enquanto direito cultural e direito humano de toda a população. Ou seja, isto abrange não só as crianças que tem aula de educação física nas escolas, atletas que tenham um excepcional rendimento, mas a todos os cidadãos.

(...) a concepção do alto rendimento ela... é importante também. Acho que é preciso garantir condições pra... pra se forjar atletas de ponta, mas eu acho que o fundamental do esporte não isso né, inclusive o alto rendimento é consequência da implementação de uma política pública de esporte para o Brasil inteiro, como política social, é... política associada à educação, a gente tá falando aí de implementar a escola em tempo integral no Brasil inteiro né, todas as forças políticas no Brasil advogam isso hoje. É... o que vai ser feito no contraturno? Acho que o esporte é um dos mecanismos importantes em termos de segurança pública né, a juventude envolvida com prática esportiva ela tá muito menos sujeita a ser, a todo tipo de corrupção, seja no sentido de aliciamento, seja qualquer que seja do que uma criança que tá solta, que não tá acompanhada de um bom professor, que não tá acompanhada de outras pessoas que está envolvida na prática social. (Entrevistado 5)

3.7 Participação Social e Resultados do Comitê

Todos entrevistados responderam que o comitê tinha como pauta a defesa dos direitos humanos que seriam violados com a Copa. Tal tema abriu precedente para as mais diversificadas pautas.

Assim, tanto em perguntas isoladas sobre o tema da participação social – “Você vê a existência de alguma política de diálogo entre o governo e o Comitê?¹¹” – como ao abordar temas específicos: moradia, trabalho exploração de crianças e adolescentes, esporte etc. fala-se sobre as respostas do Estado frente as mobilizações e os espaços para atuação do comitê.

¹¹ Pergunta número 5 do roteiro de entrevista, o qual está em anexo.

Conforme balanço de 2003 a 2010 o governo Lula é “o primeiro governo da República em que não existe repressão oficial contra movimentos populares, opinião ou manifestação política.” (BRASIL, 2010, p. 327)

Busca-se assim uma constitucionalização do país, o que conforme o texto Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação – GCEE, acima citado, configura-se em transformar a teoria da constituição em prática no país. A Constituição de 1988 incorporou os conselhos e as conferências como mecanismos de democratização e de controle social. Neste sentido, o manual traz que houve no Brasil:

Entre 2003 e 2010, foram realizadas 67 conferências com mais de 5 milhões de participantes em suas etapas municipais, estaduais e nacionais, Existem 62 conselhos nacionais voltados para a participação da sociedade civil na administração dos problemas históricos da população, 18 dos quais criados a partir de 2003. Ao contrário de produzir obstáculos ao crescimento econômico ou À administração pública, tais conselhos e suas ramificações estaduais e municipais, quando é o caso, têm auxiliado a máquina pública no ordenamento das prioridades e na execução das políticas públicas. (BRASIL, 2010, p.327)

Foi apontada pelos entrevistados a existência de espaços para o diálogo. O que a nosso ver, revela as estratégias à consolidação e a construção de um projeto de democracia diferente do atual, de modo que a sociedade civil possa ter mais voz. Entretanto, estes espaços eram esvaziados e pobres em poder de deliberação por parte da sociedade civil. Pontua-se que eram formas de burocratizar o movimento e esvaziá-lo.

(...) por exemplo, direito da criança e do adolescente se criou essa secretaria intersetorial que era pra se debater, se criou também uma secretaria intersetorial que era de mobilidade, então, era pra se debater os planos de mobilidade que vinham aqui para o Distrito Federal, isso diretamente com o Governo do Distrito Federal, só que eles não funcionaram, então, assim, ao decorrer do tempo, depois de uns seis meses do Comitê esses espaços foram ficando desmobilizados, porque o que a gente via muito do governo era criar espaços de diálogo, no qual esses espaços demandavam muito fôlego nosso, então a gente tinha que estar lá construindo, tinha que estar lá pesquisando, enviando relatório, e ao mesmo tempo eles não tinham nenhuma... nenhum retorno positivo, então, assim, você gastava muito tempo de diálogo, gastava tempo de militância, dinheiro, para você não ter retorno, então era espaço de diálogo bem esvaziado assim e via que se esvaziava o movimento dentro desses espaços de diálogos né. Então, assim, se debatia plano urbanístico e não mudava nada, se debatia direito da criança e do adolescente e não mudava nada, se debatia com a TERRACAP planejamento de moradia popular e não se mudava nada, e aí esses espaços começaram a ser esvaziados e até que a gente optou por não construir mais esses diálogos porque a gente via que não existia retorno.(Entrevistado 1)

(...) a gente conseguiu um diálogo com o governo, foi bem mais próximo da copa e era mais uma... foi mais uma reunião pra inglês ver, assim, no sentido de que o governo sentou com o movimento pra dizer assim olha a gente em algum momento dialogou com vocês, mas a gente não conseguiu concretizar vitórias no campo institucional não, assim. Antes a gente já tinha... é... tido esse contado com o governo, quando a gente instaurou um comitê intersetorial para a proteção de crianças e adolescentes no âmbito dos mega eventos, aí a gente tinha chamada uma audiência pública e da audiência surgiu esse comitê intersetorial, mas também não foi uma experiência muito exitosa assim não.

Pesquisadora: Teve frutos depois?

Entrevistado 3: Não. (Entrevistado 3)

Neste sentido, ao relatarem os benefícios trazidos pelo comitê e em geral por todo o processo de mobilização social frente aos mega eventos, os entrevistados pontuam que tais êxitos são frutos de uma sociedade civil organizada que se manifesta e não é passiva aos interesses do governo.

Por exemplo, no Rio Grande do Norte conseguimos remoção zero né, nenhuma família foi removida das suas casas. Mas isso não foi porque sentamos numa mesa com as autoridades e eles compreenderam o absurdo que era e resolveram tirar né, tem um processo de resistência forte da própria população né, que culminou nesse, nesse processo. A mesma coisa em Pernambuco que reduziu 90 % o número de remoções, então é... o diálogo com o poder público sempre, nunca... nunca foi negado de nossa parte, mas também nunca foi efetivo enquanto não teve um processo popular de rua mesmo pra pressionar. (Entrevistado 5)

(...) durante a Copa teve um contra movimento do governo muito forte né, de tentar desconstruir as argumentações que a gente colocava, mas o governo dava dados, por exemplo, da questão da remoção: ah não, mas as remoções não foram tantas quanto vocês estão prevendo, mas não foram tantas porque houve muitas mobilizações sociais que impediram essas remoções, o Comitê já vinha questionando isso e isso impediu que uma série de remoções fossem feitas. Ah é... colocada, por exemplo, que.. a questão... igual uma questão que foi colocada, que foi na Bahia, é das vendedoras de acarajé, ah a gente permitiu que as vendedoras de acarajé pudessem fazer, continuar no local aonde estavam etc., a gente não impediu esse tipo de comércio né, mas isso foi por causa da mobilização, então muito das questões que foram evitadas foram muito por conta desse processo de mobilização.(Entrevistado 2).

Neste sentido, ocorre uma inovação, ao passo que o Estado permite a criação de espaços para o diálogo, contudo, preservam-se limites à perpetuação da participação, tendo em vista a manutenção dos mesmos atores na tomada de decisão. Assim, conforme Tatagiba (2002), as formas de participação no país possuem um caráter ambivalente.

Todavia, parece correto afirmar que a tendência a uma participação branda e não-crítica não está restrita aos conselhos, mas estende-se a um grande número de experiências consideradas inovadoras, não apenas no Brasil, mas também em outros países latino-americanos. Sobre esse registro, as experiências participativas assumem características profundamente ambivalentes, justamente porque realizam o novo, inovando os processos e os conteúdos das políticas, ao mesmo tempo em que mantêm limites rígidos ao avanço do diálogo entre públicos e instituições no que respeita à democratização da decisão. Se por um lado elas avançam no aspecto gerencial, estabelecendo a importância do planejamento e monitoramento das ações, submetendo a ação estatal ao controle social, por outro lado elas apresentam um reduzido poder de inovação no que respeita ao centro de formulação das políticas e seus tradicionais percursos e atores. (TATAGIBA, 2002, p.3)

Contribuindo para o entendimento da participação da sociedade civil, pontuamos o posicionamento de Neves, Santos e Oliveira ao realçar que nos arranjos participativos o importante é a configuração dos direitos para todos e não a discussão burocrata e de interesses particulares. Neste sentido, a atuação do assistente social mostra-se de grande potencialidade para a consecução destes objetivos.

O papel do assistente social conselheiro, independentemente do segmento representado, é conduzir os interesses particulares e institucionais para o campo dos interesses públicos, comuns a todos. Além disso, sua atuação nos conselhos é fomentar a participação dos usuários, exercer o controle democrático por meio de comissões e articular-se a outros conselheiros e movimentos sociais para que as decisões tomadas nos CMAS resultem em políticas democráticas, para não se tornar um burocrata das demandas localizadas.(NEVES, SANTOS E OLIVEIRA, 2012, p.177)

Assim, como os entrevistados pontuam e a história da sociedade nos mostra, os direitos e as conquistas da sociedade nunca são dádivas do Estado, conforme é dito em governos patriarcais. Os direitos são conquistas da população organizada pressionando para a consecução destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comitê Popular da Copa de Brasília é um arranjo participativo que se mobilizou para questionar a Copa do Mundo de Futebol FIFA e os megaeventos realizados no país, como as Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro.

Entretanto, diferentemente da hipótese inicialmente levantada, o movimento não se restringiu apenas ao aspecto esportivo, mas abriu o seu leque de pautas para todas as violações de direitos humanos trazidas por estes eventos.

Consideramos que a pesquisa possibilitou, ao conceituarmos o Estado, a sociedade civil e os projetos políticos em disputa dentro destas esferas, referenciados em uma concepção marxiliana e gramsiliana, pontuar a participação da sociedade civil no processo de construção de direitos e criação/fortalecimento da democracia.

Essa linha o trabalho nos trouxe a concepção da política de esporte a luz de autores especialistas no assunto, como Castellani Filho (2008) ao conceituar o esporte como uma construção humana, fruto de sua atividade, visando responder as necessidades da sociedade em seu processo civilizatório. Para que enfim chegássemos à concepção da política de esporte dentro das ações governamentais, através das políticas públicas realizadas pelo Ministério do Esporte e pelo diálogo existente com o Comitê Popular da Copa – Brasília.

Concluimos, portanto, que os avanços dentro da concepção do esporte, ao olharmos a história do país são inegáveis, através da Carta Constitucional de 1988, da criação do Ministério do Esporte, de políticas públicas que conceituam o esporte como direito social como Esporte e Lazer da Cidade. Contudo, no campo da concretude da lei no dia a dia vemos a necessidades de muitos avanços, assim, como apontado por todos os entrevistados do comitê popular da copa o que se vê é que a política de esporte configura-se mais na qualidade de mercadoria, a qual deve gerar lucros, do que como um direito de cidadania. Corroborando isto, são os valores apresentados pelo CPC gastos tanto pelo Ministério do Esporte como os valores que foram gastos com a Copa do Mundo de Futebol FIFA no Brasil, de forma que foram previstos R\$ 24 bilhões de recursos públicos (10 vezes o orçamento do Ministério dos Esportes em 2011) nas obras das 12 cidades sedes.

Consideramos ainda que a pesquisa, além das considerações supracitadas, abriu a compreensão para diversos outros temas e suscitou a necessidade de aprofundamento nestes. Assim como os entrevistados a partir de sua inserção no comitê tiveram essa possibilidade.

Além disto, para o Serviço Social a pesquisa encontra relevância em vários pontos. Primeiramente, esta pesquisa para entender a realidade de uma política na conjuntura atual (a política de esporte e lazer), traz uma discussão sobre o Estado, projetos em disputa e democracia, temas estas essências para se compreender, numa perspectiva materialista-histórico-dialética, qualquer política com a qual o assistente social possa trabalhar.

Outro ponto de relevância é que o trabalho contribui para compreender a concepção de um direito social da população brasileira, o que nos dá base para criticá-lo ou aprimorá-lo, o que vai ao encontro do 3º princípio do Código de Ética do Assistente Social, a saber: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;” (CFESS, 1993, p.23)

E por fim, tal pesquisa encontra sustentação no 4º princípio desse mesmo código, o qual trata da democracia, como uma categoria a ser defendida pelo assistente social. Assim, ao realizar uma pesquisa junto a um movimento social, obtemos elementos para pensarmos e atuarmos em prol da democracia, pensando esta para além do voto.

Desta forma, mais do que respostas, a pesquisa nos proporcionou questionamentos sobre as diversas pautas postas pelo comitê, como a moradia, trabalho, dentre outras. Também observamos que a conceituação da concepção de uma política abrange muitos aspectos, como anteriormente abordado, mas a concepção da política para atores fundamentais como a sociedade civil articulada é um dos pilares para sua constituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. *O Ornitorrinco de Chuteiras: Determinantes Econômicos da Política de Esporte do Governo Lula e suas Implicações Sociais*. Brasília, UnB, 2014. 415 p. Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BARANDÃO, Juliana Cristina. *A Copa FIFA 2014 para além da política esportiva : estudo do dissenso entre os interesses da 'cidade empresarial' e os dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais* – Campinas, SP : [s.n.], 2014

BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003. Capítulo 4- A contra reforma do Estado brasileiro: projeto e processo, p. 171- 212.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas programas e projetos sociais. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, CFESS, Brasília, 2009, p. 571-591.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3. ed. Injuí. Ed. Unijui: 2005.

BRASIL. *Manual de orientações para implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério do Esporte, agosto/2007.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (F.H. Cardoso). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.1995.

_____. *Programa Esporte e Lazer da Cidade: Orientações para implantação*. Diretrizes Edital 2013, Brasília DF.

_____. *Projeto Brasil 2003-2010. Trajetórias e Desafios*. 2010, Brasília.

_____. *Programa Esporte e Lazer Da Cidade – Manual de Orientação*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In. MOTA, Ana Elisabete (et al) Orgs. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. ABEPSS/OPAS, 2006.

- CARVALHO, Maria do Carmo . *Participação social no Brasil hoje*. Papers Pólid 2, 1998.
- CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993
- COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria do Estado Ampliado. Cap. 05 Livro. In.: Gramsci: *Um Estudo sobre o seu pensamento político*. Editora Campus, 1989.
- DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.
- FLAUSINO, Michelle da Silva; MASCARENHAS, Fernando .*O Direito ao Esporte e Lazer: Apontamentos Críticos à sua Mistificação*. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- IPEA. *Boletim do Mercado de Trabalho*. nº 56, ano 2014
- JOVCHELOVITH, Marlova. *O processo de descentralização e municipalização no Brasil*. Serviço Social e Sociedade nº 56, Cortez, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MATIAS, Wagner Barbosa. *A Política Esportiva do Governo Lula: O programa Segundo Tempo*. Licere, Belo Horizonte, v.16, n.1, mar/2013.
- MELO, Marcelo Paula. *Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento*. Movimento , Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, maio/agosto de 2004
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)

NEVES, Angela Vieira. *Espaços públicos participativos, construção democrática e política pública: riscos de despolitização da participação da sociedade civil na cultura política brasileira*. SER Social, Brasília, n. 17, p. 197-218, JUL/DEZ. 2005.

NEVES, SANTOS E OLIVEIRA. *Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social*. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 173-181, jul./dez. 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado Para A Sociedade Civil: Temas Éticos E Políticos Da Gestão Democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

PIO, Carlos e PORTO, Mauro. “Teoria política contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas” In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão (orgs.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. pp. 291-314.

SANTOS, Boaventura Sousa; AVRITZER, Leonardo (org.). 2002. *Democratizar a democracia - Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.

SOUZA, Hebert José. *Como se faz Análise de Conjuntura*. 21ª. Ed. Petrópolis RJ Vozes 2000.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-103

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado ou participar da pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “POLÍTICA DE ESPORTE: DIREITO OU MERCADORIA? UM ESTUDO DE CASO DO COMITÊ POPULAR DA COPA” orientado pela Prof.^a Dra. Ângela Vieira Neves.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Brasília, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

APÊNDICE II

Roteiro de entrevista com os integrantes do Comitê Popular da Copa

I. Identificação

1) Nome:

2) Escolaridade:

3) Profissão:

4) Qual cargo exerce?

5) Instituição que representa (*caso seja sociedade civil*):

6) Participa de alguma entidade e/ou organização?

() Igreja. () ONG. () Partido. Qual? _____

() Conselhos. Qual? _____ () Outros _____

Se sim, há quanto tempo?

II. Questionário para representantes da sociedade civil

1) Quais são as principais ideias do Comitê que são colocadas em pauta?

2) Como se deu o processo de criação do Comitê?

3) Você acredita que os movimentos sociais e em específico o Comitê, consegue exercer o controle social? De que forma? Comente. (*limites e possibilidades do controle social e democrático*)

4) Quais os avanços observados após as atividades (manifestações, entrega de panfletos, publicação de manifestos etc.) do Comitê?

5) Você vê a existência de alguma política de diálogo entre o governo e o Comitê?

- 6) Qual foram as respostas do Estado frente às manifestações do Comitê? E as da sociedade?
- 7) Na sua opinião, qual é a concepção da Política de Esporte no contexto do governo Lula e Dilma?